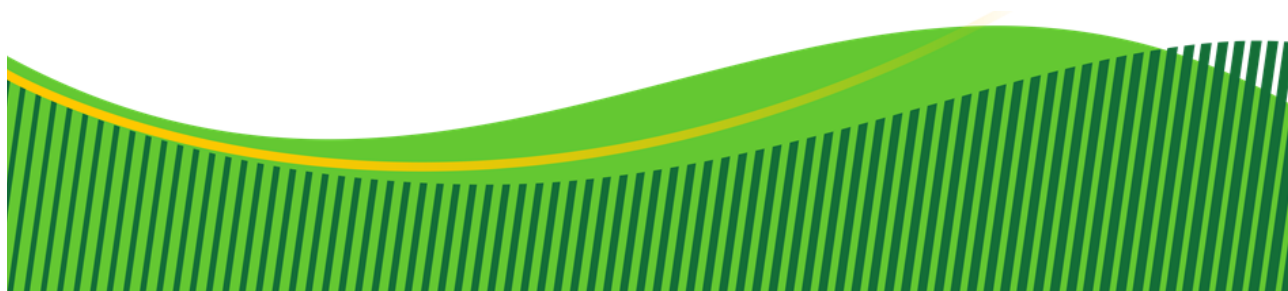


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
Sorriso - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

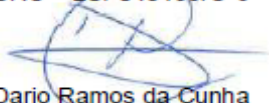
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		1.372.539	1.149.575	CIRCULANTE		690.123	552.026
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	9.295	5.484	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	214.512	137.099
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		784.856	579.820	Depósitos à Vista		208.342	127.483
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		4	1	Depósitos Interfinanceiros		1.082	4.655
Depósitos no Banco Central		3.599	1.081	Depósitos a Prazo		5.088	4.961
Correspondentes no país		61	164	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		406.282	358.620
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	781.192	578.574	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		6	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	543.502	536.123	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	406.276	358.619
Operações de Crédito		581.719	573.704	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.543	1.054
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(38.217)	(37.581)	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.543	1.054
OUTROS CRÉDITOS		32.284	26.716	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	9.831	8.991
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.591	882	Empréstimos País - Outras Instituições		9.831	8.991
Rendas a Receber		2.497	3.389	OUTRAS OBRIGAÇÕES		57.955	46.262
Diversos	(NOTA 07)	31.981	24.820	Cobrança e Arrecadação de Tributos		151	84
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(3.785)	(2.375)	Sociais e Estatutárias		5.417	3.940
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	2.602	1.432	Fiscais e Previdenciárias		1.492	1.504
Outros Valores e Bens		2.548	1.182	Diversas	(NOTA 14)	50.895	40.734
Despesas Antecipadas		54	250				
NÃO CIRCULANTE		109.715	100.287	NÃO CIRCULANTE		473.730	428.141
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		109.715	100.287	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		473.730	428.141
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	872	416	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	470.318	425.772
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		872	416	Depósitos a Prazo		470.318	425.772
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	42.126	34.681	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	3.412	2.369
Operações de Crédito		63.792	52.069	Repasse Interfinanceiros		3.412	2.369
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(21.666)	(17.388)				
OUTROS CRÉDITOS		120	164	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		318.401	269.695
Diversos	(NOTA 07)	123	167	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	149.335	132.542
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(3)	(3)	De Domiciliados no País		150.280	133.099
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	42.652	42.652	(Capital a Realizar)		(945)	(557)
Outros Investimentos		42.652	42.652	RESERVAS DE SOBRAS		144.769	114.858
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	18.891	17.718	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		24.297	22.295
Imóveis de Uso		13.196	12.568				
Outras Imobilizações de Uso		12.067	10.505				
(Depreciação acumulada)		(6.372)	(5.355)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	5.054	4.656				
Outros Ativos Intangíveis		9.364	7.804				
(Amortização acumulada)		(4.310)	(3.148)				
TOTAL DO ATIVO		1.482.254	1.249.862	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.482.254	1.249.862

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	52.628	-	52.628	111.002	21	111.023	101.760	-	101.760
Operações de Crédito	52.602	-	52.602	110.951	21	110.972	100.254	-	100.254
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	26	-	26	51	-	51	1.505	-	1.505
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(47.666)	(1.729)	(49.395)	(90.267)	(2.983)	(93.250)	(100.907)	(1.348)	(102.255)
Operações de Captação no Mercado	(18.630)	(54)	(18.684)	(42.405)	(91)	(42.496)	(55.119)	(103)	(55.222)
Operações de Empréstimos e Repasses	(15.693)	(1.675)	(17.368)	(31.109)	(2.892)	(34.001)	(19.862)	(1.245)	(21.107)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.343)	-	(13.343)	(16.753)	-	(16.753)	(25.926)	-	(25.926)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.962	(1.729)	3.233	20.735	(2.962)	17.773	853	(1.348)	(495)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	12.774	6.213	18.987	34.097	11.655	45.752	47.226	10.373	57.599
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.518	10.121	17.639	14.190	18.773	32.963	11.712	14.494	26.206
Rendas de Tarifas Bancárias	3.699	-	3.699	7.255	-	7.255	6.296	-	6.296
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.643)	(1.627)	(16.270)	(28.611)	(2.764)	(31.375)	(23.584)	(1.580)	(25.164)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(10.186)	(1.549)	(11.735)	(20.799)	(2.849)	(23.648)	(20.492)	(2.127)	(22.619)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(31)	(491)	(522)	(103)	(913)	(1.016)	(106)	(704)	(810)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	36.520	502	37.022	80.463	596	81.059	104.827	1.288	106.115
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(10.103)	(743)	(10.846)	(18.298)	(1.188)	(19.486)	(31.427)	(998)	(32.425)
RESULTADO OPERACIONAL	17.736	4.484	22.220	54.832	8.693	63.525	48.079	9.025	57.104
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20	(3)	17	17	28	45	115	(7)	108
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	17.756	4.481	22.237	54.849	8.721	63.570	48.194	9.018	57.212
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.458	1.458	-	(141)	(141)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	875	875	-	(76)	(76)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	583	583	-	(65)	(65)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	17.756	5.939	23.695	54.849	8.580	63.429	48.194	9.018	57.212
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	8.580	(8.580)	-	9.018	(9.018)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	17.756	5.939	23.695	63.429	-	63.429	57.212	-	57.212
DESTINAÇÕES	-	-	-	(39.132)	-	(39.132)	(34.917)	-	(34.917)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.359)	-	(8.359)	(8.510)	-	(8.510)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.429)	-	(2.429)	(2.229)	-	(2.229)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(21.867)	-	(21.867)	(20.065)	-	(20.065)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(6.477)	-	(6.477)	(4.113)	-	(4.113)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	24.297	-	24.297	22.295	-	22.295

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	116.218	87.881	17.130	221.229
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.855	-	(13.677)	(6.822)
Destinações para reservas	-	2.799	(2.799)	-
Outras destinações	-	-	(654)	(654)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.059	-	-	5.059
Baixas de capital	(3.585)	-	-	(3.585)
Resultado do período	-	-	57.212	57.212
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.229)	(2.229)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.065	(20.065)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.995	-	(8.510)	(515)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.113	(4.113)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	132.542	114.858	22.295	269.695
Mutações do Período	16.324	26.977	5.165	48.466
Saldos no início do período em 01/01/2017	132.542	114.858	22.295	269.695
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	9.982	-	(19.920)	(9.938)
Destinações para reservas	-	1.567	(1.567)	-
Outras destinações	-	-	(808)	(808)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.211	-	-	5.211
Baixas de capital	(6.256)	-	-	(6.256)
Resultado do período	-	-	63.429	63.429
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.429)	(2.429)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.867	(21.867)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.856	-	(8.359)	(503)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.477	(6.477)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	149.335	144.769	24.297	318.401
Mutações do Período	16.793	29.911	2.002	48.706
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	141.613	116.425	39.734	297.772
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.626	-	-	2.626
Baixas de capital	(2.760)	-	-	(2.760)
Resultado do período	-	-	23.695	23.695
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.429)	(2.429)
Reserva Legal - Estatutária	-	21.867	(21.867)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.856	-	(8.359)	(503)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.477	(6.477)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	149.335	144.769	24.297	318.401
Mutações do Período	7.722	28.344	(15.437)	20.629

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT
CNPJ/MF nº 26.555.235/0001-33

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	33.322	71.036	63.390
Resultado do semestre/exercício	23.695	63.429	57.212
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.627	7.607	6.178
Provisão para operações de crédito	9.010	4.914	4.511
Provisão para desvalorização de outros créditos	1.847	1.410	951
Depreciação do imobilizado de uso	839	1.603	1.474
Amortização do intangível	573	1.162	686
Baixas do ativo permanente	35	81	124
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	190	223	(91)
Destinações ao FATES	(2.429)	(2.429)	(2.229)
Dividendos SicrediPar	(438)	643	752
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(23.633)	152.104	48.508
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(356)	(456)	(416)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	11.430	(3)	305
(Aumento) em créditos vinculados	(286)	(2.518)	(1.081)
Redução em relações com correspondentes	253	103	4
(Aumento) em operações de crédito	(45.988)	(19.738)	(96.856)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	21.264	48.705	57.051
(Aumento) em outros créditos	(1.281)	(7.577)	(2.323)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.200)	(1.170)	367
Aumento (Redução) em depósitos	(18.321)	121.959	85.495
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(495)	488	(107)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	410	840	1.581
Absorção de dispêndios pelo FATES	(792)	(1.741)	(2.213)
Aumento em outras obrigações	11.729	13.212	6.701
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	9.689	223.140	111.898
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.883)	(2.857)	(4.063)
Aplicações no Intangível	(910)	(1.560)	(1.403)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.793)	(4.417)	(5.466)
Integralização de capital	2.626	5.211	5.059
Baixa de capital	(2.760)	(6.256)	(3.585)
Juros ao capital próprio	(503)	(503)	(515)
Distribuição de Sobras	-	(10.746)	(7.476)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(637)	(12.294)	(6.517)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.259	206.429	99.915
Caixa e equivalente de caixa no início do período	784.228	584.058	484.143
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	790.487	790.487	584.058

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(102.705)	450	(102.255)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.376)	450	(25.926)
		-	
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	58.049	(450)	57.599
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(22.387)	(232)	(22.619)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(32.207)	(218)	(32.425)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	9.295	5.484
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	781.192	578.574
Total	790.487	584.058

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	872	416
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	872	416
Total realizável a longo prazo	872	416

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	135.921	48.897	184.818	191.049
Financiamentos	49.984	11.482	61.466	67.744
Financiamentos rurais e agroindustriais	395.814	3.413	399.227	366.980
Carteira total	581.719	63.792	645.511	625.773

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1.591	-	1.591	882
Devedores por compra de valores e bens	60	120	180	221
Títulos e créditos a receber (i)	25.911	3	25.914	19.009
Total	27.562	123	27.685	20.112

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	122.325	125.766	612	629
Nível B	1,00	329.641	264.369	5.269	2.644
Nível C	3,00	127.998	163.022	5.814	4.891
Nível D	10,00	27.799	26.363	2.780	2.636
Nível E	30,00	10.859	16.131	3.258	4.839
Nível F	50,00	15.075	12.828	7.538	6.415
Nível G	70,00	3.665	7.043	2.566	4.930
Nível H	100,00	35.834	30.363	35.834	30.363
Total (i)		673.196	645.885	63.671	57.347

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.463	51.425	94.397	43.125	196.410	207.745
Rural	-	2.189	393.625	3.413	399.227	366.980
Industrial	35	3.070	2.180	624	5.909	6.549
Comércio	993	13.721	14.766	8.535	38.015	35.209
Outros Serviços	605	10.677	14.135	8.218	33.635	29.402
Total	9.096	81.082	519.103	63.915	673.196	645.885

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	53.755	7,99	61.085	9,46
50 devedores seguintes	154.459	22,94	144.827	22,42
100 devedores seguintes	161.869	24,04	146.043	22,61
Demais	303.113	45,03	293.930	45,51
Total	673.196	100	645.885	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	57.347	51.885
Constituição de provisão	16.753	25.926
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.429)	(20.464)
Saldo final	63.671	57.347

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 9.601 (2016 - R\$ 6.934), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.867 (2016 - R\$ 19.595).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	151	81
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.442	2.448
Devedores por compra de valores e bens	60	55
Devedores por depósitos em garantia	303	300
Impostos e contribuições a compensar	758	1.117
Títulos e créditos a receber	25.911	19.008
Valores honrados	14	163
Cotas de consórcio	329	130
Operações com cartões	49	40
Pendências a regularizar	124	184
Outros	840	1.294
Total Circulante	31.981	24.820

Devedores por compra de valores e bens	120	166
Títulos e créditos a receber	3	1
Total realizável a longo prazo	123	167

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.548	1.182
Imóveis	2.548	1.033
Veículos e afins	-	149
Despesas antecipadas	54	250
Total Circulante	2.602	1.432

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	18.807	18.807
Sicredi Participações S.A.	23.844	23.844
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	42.652	42.652

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	7.737.660 ON	7.737.660 ON	1	1	18.806.851	18.806.851
	16.106.523 PN	16.106.523 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,73%	2,74%	0,61%	0,63%	16,01%	16,01%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	23.844	23.844	1	1	18.807	18.807

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	25.263	(6.372)	18.891	17.718
Imobilizações em curso	-	173	-	173	385
Terrenos	-	5.648	-	5.648	4.984
Edificações	4%	7.548	(1.318)	6.230	6.549
Instalações	10%	2.521	(578)	1.943	1.253
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.409	(1.582)	2.827	2.688
Sistema de comunicação	10%	188	(68)	120	109
Sistema de processamento de dados	20%	3.940	(2.455)	1.485	1.458
Sistema de segurança	10%	227	(74)	153	123
Sistema de transporte	20%	609	(297)	312	169
Intangível (i)		9.364	(4.310)	5.054	4.656
Investimentos Confederação		9.364	(4.310)	5.054	4.656
Total		34.627	(10.682)	23.945	22.374

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	208.342	-	-	208.342	127.483
Depósitos Interfinanceiros	1.082	-	-	1.082	4.655
Depósitos a prazo	3.490	1.598	470.318	475.406	430.733
Total	212.914	1.598	470.318	684.830	562.871

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	395.938	347.030
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	395.938	347.030
Outros Recursos	10.338	11.589
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.338	11.589
Total circulante	406.276	358.619
Recursos do Crédito Rural	3.412	2.369
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.412	2.369
Total exigível a longo prazo	3.412	2.369

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 30/05/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	9.831	8.991
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	9.831	8.991
Total circulante	9.831	8.991

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 04/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	3.175	1.718
Obrigações por convênios oficiais	5	9
Provisão para pagamentos a efetuar	8.296	6.160
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	622	399
Outras Contingências	9	2
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	9.485	11.948
Pendências a regularizar	87	5
Operações com cartões	25.430	18.030
Demais fornecedores	872	493
Credores diversos	2.914	1.970
Total circulante	50.895	40.734

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	20	160	-	180
Cível	254	136	(73)	317
Tributária	125	-	-	125
Total	399	296	(73)	622

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	180	20
Cível	Provável	317	254
Tributária	Provável	125	125
Total		622	399

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 43 e R\$ 115 (2016 - R\$ 84 e R\$ 115), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	149.335	132.542
Total de associados	40.294	37.920

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 16.793 (2016 – R\$ 16.324), sendo R\$ 17.838 (2016 – R\$ 14.850) via integralização de resultados e R\$ 5.211 (2016 – R\$ 5.059), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.256 (2016 – R\$ 3.585).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.359, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sorriso - Sicredi Celeiro do MT, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	63.570	57.212
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(26.699)	(24.029)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	2	-
Provisão resgate de milhas cartão	109	34
Provisão PPR	126	23
Receita com atos cooperativos	23.037	20.241
Juros sobre capital próprio	3.511	3.574
Outros	(226)	157
Subtotal	26.559	24.029
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(141)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	872	416
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	781.192	578.574
Outros Créditos - Rendas a receber	1.685	1.489
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.431	2.551
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	207
Investimentos (Nota 09)	42.652	42.652
Intangível (Nota 10)	5.054	4.656
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	1.082	4.655
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	409.688	360.988
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	9.831	8.991
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	25.217	17.653
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	51	1.505
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	11.863	9.214
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	72.551	90.140
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	320	190
Operações de Empréstimos e Repasses	34.001	21.107
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.199	2.383
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	11.609	9.451

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	390	0,19%	637
Depósitos a prazo	1.034	0,22%	1.297
Operações de crédito	11.547	1,79%	16.561

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.983	3.497

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	960	957
Despesa de aluguéis	1.628	1.476
Despesa de comunicação	1.129	942
Despesa de manutenção e conservação	1.512	1.408
Despesa de material	478	641
Despesa processamento dados	414	323
Despesa de promoções e relações públicas	3.597	3.362
Despesa de propaganda e publicidade	460	503
Despesa de seguro	52	17
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.400	2.226
Despesa de serviços de terceiros	745	708
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.438	1.306
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.780	1.504
Despesa de serviços de transportes	1.680	1.598
Despesa de viagem	365	274
Outras despesas administrativas	5.010	5.374
Total	23.648	22.619

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.365	4.397
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	71.184	83.432
Reversão de provisões operacionais	6.023	10.069
Outras rendas operacionais	2.487	8.217
Total	81.059	106.115

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.034	1.189
Contribuição O.C.E.	121	105
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.406	1.556
Contribuição Confederação Sicredi	6.165	4.423
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.559	1.155
Encargos da administração financeira	407	462
Repasse administradora de Cartões	587	557
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.162	693
Outras provisões operacionais	4.540	14.456
Outras despesas operacionais	2.505	7.829
Total	19.486	32.425

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	352.569	302.783
Coobrigações em cessões de crédito	60	67
Total	352.629	302.850

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	314.863	267.520
Nível I (NI)	314.863	267.520
Capital principal - CP	314.863	267.520
Capital social	149.335	132.542
Reservas de capital	144.769	114.858
Lucros acumulados	24.297	22.295
Ajustes Prudenciais	(3.538)	(2.175)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.299.921	1.124.603
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	680	644
Margem de Capital (i)	177.692	155.822
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,22%	23,79%
Situação de Imobilização (Imob)	20.409	20.202
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,48%	7,55%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Marcio Luiz de Abreu
Diretor Executivo
CPF: 004.967.879-50

Luiz Alberto Bazzoni
Diretor de Operações
CPF: 438.786.109-63

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20